

Análise/Inovação Inteli - Inteligência em inovação

Políticas públicas, inovação e empreendedorismo

A abordagem integrada do empreendedorismo e da inovação coloca em evidência a importância do papel das políticas de inovação. Para além dos instrumentos tradicionais, apela-se a uma reflexão em torno da promoção de uma maior "liberdade económica"

Sara Monteiro

● Predomina, actualmente, a tendência para abordar o empreendedorismo e a inovação numa óptica integrada, por se considerar que os empreendedores são agentes de mudança e crescimento de uma economia, podendo agir para acelerar a geração, a disseminação e a aplicação de ideias inovadoras. Não é, pois, por acaso que documentos recentes da Comissão Europeia e de outras organizações internacionais reforçam a ideia de promover o empreendedorismo, num contexto em que a inovação, a competitividade e o emprego são preocupações políticas e estratégicas.

A filosofia subjacente à abordagem que alia o empreendedorismo à inovação e à competitividade assenta no princípio que a viabilização de uma sociedade se baseia na valorização de três objectivos:

- desenvolvimento económico capaz de reflectir uma eficiente exploração de recursos, preservando o ambiente e gerando bem-estar (emprego, riqueza e valorização individual);

- uma sustentabilidade ambiental que não impeça o desenvolvimento económico e que permita um usufruto da natureza pelo Homem;

- um bem-estar social assente em valores éticos que facilitem um diálogo entre o desenvolvimento e o ambiente.

Num contexto em que se reconhece a importância da promoção do empreendedorismo - em particular, na sociedade portuguesa, abrindo uma nova oportunidade para Portugal recuperar o atraso num contexto de convergência real -, importa admitir a necessidade de definir e implementar uma política de actuação concertada neste domínio, configurada com a flexibilidade suficiente para lidar com uma matriz de diferentes realidades locais, regionais e temáticas.

Existe um importante, e urgente, papel a desempenhar pelas políticas públicas de carácter estrutural, pois as variáveis que têm registado uma evolução mais desfavorável nesta área têm, em geral, uma elevada sensibilidade a estas políticas. Todavia, impõe-se uma maior selectividade na articulação e coerência com a política de empresa, na regulação do enquadramento da inovação, na promoção da criação e crescimento de empresas inovadoras, nos *inter-faces* chave do sistema de inovação e na cultura de inovação.

Políticas públicas

Há uma multiplicidade de estudos que se ocupam da problemática do apoio do Estado ao empreendedorismo. Destaco o de Hall e Markusen no



Inovação e competitividade são pano de fundo para empreendedorismo

livro *Silicon Landscapes*, que alerta para a questão da assimetria de informação nas complexas relações entre o empreendedor, possuidor de conhecimentos tecnológicos, e os gestores e financiadores. Também os professores Branscomb e Auerswald da Universidade de Harvard, no livro *How Innovators, Executives and Investors Manage High Tech Risks*, exploram o conceito de *Innovation Gap* ou *Funding Gap* durante a fase inicial de desenvolvimento tecnológico (*early stage*) que sucede à invenção e antecede o desenvolvimento do produto ou o processo para a aplicabilidade comercial, sendo muito importante nesta etapa o acesso a recursos financeiros e a redes de contactos que aconselhem o empreendedor.

Segundo os artigos de McPetridge e Lipsey & Carlaw no âmbito de um programa da Industry Canada, há três meios principais através dos quais as políticas públicas devem intervir:

- Elaboração de legislação sobre patentes mais eficaz, de modo a garantir um maior retorno para os inventores e inovadores.

- Apoio financeiro directo à I&D através de subsídios ou de benefícios fiscais.

- Mercados públicos, encomendas do Estado, de bens e serviços onde seja incorporada inovação.

O Plano Tecnológico considera que os mercados financeiros são, pela sua lógica de funcionamento, incompletos na oferta de produtos

Capital de risco e liberdade económica

Sobel e Kreft, da Universidade do Estado da Virgínia, face à constatação do aumento dos incentivos ao capital de risco como estratégia fulcral para a promoção do empreendedorismo nos EUA, testaram o sentido da causalidade entre "empreendedorismo" e "capital de risco". Na tentativa de aplicar este estudo a Portugal, utilizando o número de patentes registadas a nível nacional e europeu e o volume anual de investimento em capital de risco, os resultados mostraram que, e à semelhança do estudo do Estado da Virgínia, a causalidade tem um só sentido, nomeadamente que o montante de *venture capital* precede o número de registos de patentes, o que mostra que os empreendedores

surgem e só posteriormente são acompanhados pelo "capital de risco". Este estudo pretende demonstrar que as políticas de incentivo e de dinamização do *venture capital* não parecem ser a única condição para a promoção do empreendedorismo em Portugal, bem como não contribuem necessariamente para o aumento do crescimento económico. Ficou, no entanto, claro neste estudo que são prioritárias políticas que promovam um grau de "liberdade económica" mais significativo. Este grau de "liberdade económica" aumenta com a diminuição do peso fiscal sobre as PME, a redução das regulações e a criação de um sistema seguro de direitos de propriedade (ver gráfico).

financeiros para certos sectores, para determinada dimensão dos negócios emergentes, para projectos inovadores de elevado risco tecnológico e comercial e determinadas fases do ciclo de vida, determinando que o Estado deve direccionar instrumentos de políticas públicas para colmatar estas lacunas. Estes apoios existem com o objectivo de suprir os constrangimentos financeiros pelos quais o empreendedor passa na criação da sua própria empresa.

Capital de risco

Uma das políticas que têm vindo a ganhar grande popularidade, também em Portugal, é o incentivo ao capital de risco no sentido de encorajar a actividade de empreendedorismo. No entanto, esta política é objecto de alguma controvérsia, como é fácil de constatar na obra mais popular de R. Florida. No seu livro *The Rise of the Creative Class*, o autor propõe que em vez do Estado apoiar o lado dos *inputs* de capital dever-se-ia preocupar em criar um ambiente que propicie a criatividade na economia. Já no livro *Advances in the Study of Entrepreneurship, Innovation and Economic Growth*, Libecap e Carleton defendem que o capital de risco é o melhor instrumento à disposição dos empreendedores para financiar as suas empresas. Defendem ainda que os direitos de propriedade intelectual são o melhor mecanismo para defender as suas ideias permitindo o seu financiamento. Concluem que as políticas públicas deveriam ter um papel essencial nestes dois domínios (ver caixa).

na abordagem integrada do empreendedorismo e da inovação, todos parecem estar de acordo quanto aos seguintes pontos: o espírito empresarial constitui um elemento crucial para a mudança económica e a inovação; o capital humano é um factor importante na geração e aplicação das inovações; é necessário melhorar o sistema de patentes e de propriedade intelectual em articulação com a UE e harmonizar e flexibilizar a legislação; é premente intensificar a investigação feita nas empresas e favorecer o aparecimento de instrumentos financeiros adequados às suas diferentes fases de desenvolvimento; assim como é essencial fomentar a mobilidade das pessoas, desburocratizar os processos para a criação de empresas, e promover a formação tecnológica e a introdução de inovações tecnológicas nos diversos sectores.

É, assim, indispensável promover um coerente enquadramento político-institucional para a política de inovação e de apoio ao empreendedorismo. Acresce que é também prioritário fomentar um maior grau de "liberdade económica" através da diminuição do peso fiscal sobre as PME, da redução das regulações e da criação de um sistema seguro de direitos de propriedade, sendo estes factores essenciais para promover o empreendedorismo e, consequentemente, o crescimento económico em Portugal.

Directora de Projectos AIBAP/BIC Beira Atlântico

"Liberdade económica" em Portugal

Em percentagem



Nota: 100 = Maior liberdade (cada índice é composto por diversas variáveis). Portugal situa-se em 43º lugar num "ranking" de 157 países, com um valor global de 66,7%.

FONTE: "2007 Index for Economic Freedom", <http://www.heritage.org/research/features/index/country/cfm?id=Portugal>



Não obstante esta falta de consenso